

## DO QUE RIEM OS JORNALISTAS? AUTONOMIA E HETERONOMIA NO JORNALISMO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

*Rodrigo Gomes Lobo\**

**RESUMO:** Por meio de um evento etnografado num estudo de caso historicamente situado (o processo de socialização de novatos no jornalismo diário empresarial paulistano contemporâneo) pretende-se elaborar reflexões a respeito das potencialidades e limitações dos conceitos bourdieusianos de autonomia e heteronomia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo, Bourdieu, Teoria dos Campos, Antropologia da mídia.

**ABSTRACT:** This article tries to understand the Bourdieu's concepts of autonomy and heteronomy, based on ethnographic case study about the process of socialization among new journalists in a Brazilian diary.

**KEY-WORDS:** journalism; Bourdieu; theory of fields; media anthropology.

### INTRODUÇÃO

O presente texto, fruto de minha pesquisa de mestrado realizada entre 2008 e 2010<sup>1</sup>, tem como objeto empírico de análise um curso de jornalismo

---

\* Doutorando em Antropologia Social/PPGAS – USP.

<sup>1</sup> Lobo, Rodrigo Gomes (2010). Processos de Socialização em Jornalismo: adestrando “focas” e treinando trainees. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, FFLCH – USP.

oferecido por uma empresa paulistana que atua com foco no jornalismo impresso diário empresarial (ainda que também possua ramos de atividade em outros suportes como portais da internet, agência de notícias e projetos incipientes de revista), a saber, o Grupo Folha. Para ser exato, quero extrair desse espaço de socialização ao ambiente de trabalho um evento “bom para pensar” (conforme o chavão antropológico): o riso de uma platéia de jornalistas novatos numa palestra conduzida por uma jornalista estabelecida.

A iniciativa pioneira de cursos de jornalismo vinculados às empresas no contexto brasileiro remonta à constituição da revista *Veja*, pelo Grupo Abril, em 1968 (Ghedini, 1998; Mira, 1997; Corrêa, 2008), quando, alegando falta de profissionais disponíveis no mercado, foi necessário treinar um amplo grupo de jornalistas. O curso do Grupo Folha iniciou suas atividades no final dos anos 80 e começo dos 90. O Grupo Folha já havia feito algumas experiências com cursos voltados para o seu corpo de profissionais na segunda metade dos anos 80<sup>2</sup>.

O curso está colocado numa posição intermediária entre o ensino universitário e outras formas de aprendizagem que já constituem um vínculo com a esfera profissional, como o estágio. Esse caráter ambíguo do posicionamento desses cursos é explicitador das estratégias mobilizadas: o estágio em jornalismo é um tema de debate controverso. Desde a regulamentação de 1979 o estágio é proibido por lei visto que grande parte dos jornalistas mais experientes acusava as empresas de contratarem estagiários para assumirem funções de jornalistas profissionais, com a vantagem de custarem muito menos para o balanço de pagamento das empresas.

“Para explicar o surgimento dessas iniciativas, não basta dizer que eram uma ingerência indevida das empresas em uma área que não lhes competia atuarem. De um lado, as escolas de jornalismo não preparavam os novos profissionais para o mercado de trabalho, ou pelo menos não os preparavam da forma que atendessem às expectativas das empresas. De outro, havia a proibição legal, desde 1979, para a contratação de estagiários por parte das empresas. Quase 20 anos depois de instituída, essa norma legal permanecia

---

<sup>2</sup> Para um maior aprofundamento dos diversos cursos criados no Brasil para além do contexto paulistano, ver Ghedini (1998).

inalterada, devido principalmente ao temor dos meios sindicais dos jornalistas de que as empresas voltassem a utilizar o estágio para a contratação de mão-de-obra barata, como já haviam feito antes de 1979 (e como várias delas voltaram a fazer, mesmo depois da proibição legal).” (Ghedini, 1998, p. 7).

Por isso a propaganda do curso e os discursos proferidos pelos seus coordenadores não o posiciona como um treinamento para trabalhar na empresa (o que poderia trazer atritos com o sindicato devido à proibição legal do estágio), apesar de envolver um tempo de treinamento no local de trabalho; apesar da designação de “trainees”, mais comum entre iniciantes estagiários em profissões como administração<sup>3</sup>; e, é claro, do aproveitamento, por parte das empresas, dos ingressantes desses cursos para contratação. Trata-se de um processo de triagem mesmo que isso não seja enfatizado, provavelmente pelas restrições legais ao estágio. Essa dubiedade causa diversas expectativas frustradas nos participantes desses cursos que encaram essas experiências como uma porta de entrada garantida para uma contratação iminente, o que nem sempre se concretiza.

O curso se constitui num ponto de crucial importância para os aspirantes a jornalistas. Por atrair, sobretudo, pessoas jovens, com perspectivas de construir carreira em um veículo de renome, esses processos de ensino apresentam altos índices de concorrência. Segundo informações recentes do *site* desse curso, todo ano em torno de 2 mil pessoas se inscrevem. Muitas vezes, é a primeira relação com o ambiente profissional jornalístico (principalmente no Grupo Folha, por não exigir o diploma, como será visto adiante) sendo encarada como uma espécie de rito de passagem ou iniciação após o qual podem então ser realmente chamados de jornalistas.

A contraposição entre jornalistas estabelecidos e novatos<sup>4</sup> revelou disparidades importantes, creio que não só devido ao enfoque da análise (que

---

<sup>3</sup> “Em fevereiro de 1998, ela [a empresa Grupo Folha] já havia substituído o nome Programa de Treinamento por Programa de Trainees, talvez para mostrar ao interessado em ingressar desde cedo o quão moderna era a Folha, utilizando um termo da língua inglesa em vez do português” (GHEDINI, 1998, p.250).

<sup>4</sup> Bergamo (2009b) propõe uma reflexão interessante sobre o ofuscamento produzido por esse enfoque.

privilegia o confronto de visões entre diferentes gerações que ingressaram no jornalismo), mas também devido às modificações operantes nos últimos 40 anos nas redações, com a instauração da obrigatoriedade do diploma (1969-2009). Porém um comentário rápido sobre gênero e marcadores racializantes pode ajudar a construir melhor o quadro das mudanças pelas quais as redações passam: cada vez mais feminilizadas permanecendo, entretanto, monocromáticas (brancas).

O curso têm aproximadamente a duração de 3 meses (no período observado o curso do Grupo Folha durou 4 meses. Em entrevistas com ex-participantes é relatado que anteriormente durava 3 meses). Esse período de duração dos cursos foi gradativamente ampliado conforme os cursos se institucionalizam e ganham notoriedade na empresa<sup>5</sup>. Parte considerável do atual corpo de profissionais que integra as redações do Grupo Folha passou por esses espaços de aprendizagem. Os números fornecidos pela própria empresa chegam a indicar um índice de 90% de contratação dos participantes do curso pelo jornal. O regime de contratação dos novatos geralmente é feito através de “frilas” (*free-lancer*: contrato temporário que não implica em carteira de trabalho assinada) que podem se estender de renovação em renovação por até dois anos (“frila fixo”) até que se firme um contrato duradouro.

O processo de socialização dos novatos ao ambiente de trabalho no jornalismo é contíguo à extensa jornada da profissão, que muitas vezes ultrapassa 12 horas diárias mesmo em cargos de alto prestígio. A produção informativa segue uma ritualização diária, em que os saberes e fazeres do campo são apreendidos e incorporados (padrões textuais, padrões corporais em situações de interação, padrões de avaliação sobre a importância ou não de fatos noticiáveis).

Desde a pesquisa de Ghedini (1998) não aconteceram muitas modificações na metodologia dos cursos para além do prazo de duração alongado. Os ingressantes assistem a aulas de professores universitários (de matérias variadas como Economia, Política, Filosofia, Ética, Cinema, etc.) e palestras de jornalistas de renome da empresa; fazem pequenos exercícios de

---

<sup>5</sup> Ghedini (1998) apresenta dados de crescente procura pelos cursos. No começo pouco mais de uma centena de pessoas se inscreviam.

reportagem e entrevista (geralmente o entrevistado é alguém do campo político), além de acompanharem o cotidiano dos profissionais nas redações, tendo acesso a todos os processos da confecção da notícia, passo-a-passo.

Nesse processo de aprendizagem, a maioria das palestras são ministradas pelos jornalistas mais antigos e consagrados. Como se trata de uma conversa entre pares, em que se pode falar “francamente” de certos aspectos menos confessáveis da profissão, é um ponto estratégico para se obter depoimentos que não passem pela relação pesquisador-informante. O principal atrativo dos cursos é essa oportunidade de freqüentarem a palestra dos jornalistas que estão localizados nas posições de maior prestígio, que já detém nomes consagrados: os editores, os colunistas e os correspondentes internacionais (ou seja, aqueles jornalistas que já adquiriram um prestígio tão consolidado que possuem sua própria coluna assinada ou realizam as tarefas que mais recursos consomem do jornal, tais como as coberturas internacionais). Os temas das palestras seguem a segmentação temática interna do jornal: “jornalismo político”, “jornalismo esportivo”, “jornalismo cultural” etc. São os jornalistas posicionados em posições hierarquicamente superiores na empresa que definem o que é jornalismo, baseados nas próprias experiências pessoais. Foi comum os palestrantes terminarem sua fala apressadamente para voltarem a atividades do jornal. O curso deve se encaixar nos horários da produção informativa. Não há uma primazia dos cursos: tanto é que diversas atividades foram canceladas em cima da hora e os programas são constantemente refeitos. Os cursos são influenciados pelos assuntos “quentes” do momento (ou seja: que estão na pauta do jornal).

A perspectiva de Freidson (1996) sobre esse fenômeno inclui o controle ocupacional de várias profissões. Freidson expõe dois tipos ideais: o ofício e a profissão. O ofício seria o modelo de ocupação em que o método de controle do treinamento vocacional ocorre dentro do mercado de trabalho, enquanto que o treinamento das profissões ocorreria em salas de aula segregadas do ambiente de trabalho. No modelo de ofício “o ensino é uma atividade complementar de trabalhadores selecionados”, o que provoca uma distinção mínima entre mestre e aprendiz, “dividindo os membros dos ofícios de acordo com a competência e a antiguidade atribuídas”. Já nas profissões, o ensino é em si uma atividade de tempo integral, o que provoca uma distinção mais

aguçada, pois “alguns membros ocupam uma posição institucionalizada de autoridade cognitiva e não necessitam se envolver na prática”, podendo desenvolver conceitos e teorias mais abstratos.

O modelo de Freidson se torna problemático quando nos aproximamos de atividades “intelectuais”, em que não há uma cisão tão demarcada entre ensino e local de trabalho. No enfoque de pesquisa aqui exposto, fica evidente que o jornalismo constitui uma mescla oscilante desses dois tipos ideais. Menos do que essências exclusivas e antagônicas, trata-se de dois pólos relacionais (“prático” e “teórico”) que se instituem em recursos de luta. Os jornalistas estudados oscilam de maneira curiosa: trabalhadores que lidam com a escrita (forma canônica do pensamento reflexivo/ teorizante), mas num caráter de urgência e imediaticidade concebido como “prático”, que provoca acusações de superficialidade, senso comum, não-reflexividade. Grande parte deles valoriza a “técnica” acima de tudo, aproximando-se do anti-intelectualismo presente em setores sociais desprovidos do capital cultural escolarizado. A categorização problemática do fazer jornalístico (“Intelectual”? “Prático”? “Técnico”?) desvela a problemática categorização dos fazeres, presente de forma mais geral no universo que nossa socialidade classifica como “trabalho”.

Com efeito, os profissionais tendem a considerar os padrões acadêmicos e científicos irremediável e injustamente pouco práticos, ressentindo-se contra os que os formulam e promulgam. O ensino das profissões cria assim uma aguda e problemática divisão entre profissionais e autoridades acadêmicas, criando uma classe cognitiva no seio da profissão (Freidson, 1996, p. 146)

O curso trabalha com pequenos grupos – de 8 a 12 pessoas –, a idade dos novatos varia de 21 a 28 anos. Grande parte deles saiu de faculdades renomadas (privadas, estaduais ou federais, sejam de comunicação social/ jornalismo ou não). Há equilíbrio entre homens e mulheres e esmagadora maioria de brancos. Em conversas informais, vários iniciantes comentam que têm experiência em viagens internacionais e intercâmbios, dominando outras línguas.

A questão dos patrocinadores é fundamental para a continuidade financeira dos cursos. A maioria da verba que sustenta esses cursos vem desses patrocínios que são renovados a cada ano, gerando apreensão e insegurança nos funcionários envolvidos quando é preciso negociar a continuidade dessa relação de investimento. As grandes empresas privadas (Philip Morris e Odebrecht apoiaram a iniciativa no decorrer de minha pesquisa) chegam a oferecer viagens para os novatos conhecerem suas instalações. Instaura-se uma relação muito parecida com a relação publicitária que o jornal mobiliza para atrair anúncios, porém ao invés de vender um contingente de leitores para as estratégias de mercado das empresas os cursos oferecem os próprios jornalistas que ingressarão em seus quadros.

Contrariamente ao Grupo Estado, seu rival direto<sup>6</sup>, o curso do Grupo Folha não faz restrições quanto à formação universitária (enfrentando diversas críticas dos setores jornalísticos ligados ao ambiente universitário) ou quanto ao tempo de formado (conversei com pessoas que já passaram 3 ou até 5 vezes pelo processo seletivo), além de não possuir vínculos oficiais com nenhuma universidade (porém, cabe lembrar que parte das palestras do curso foi ministrada pelos profissionais da empresa nas dependências da Universidade de São Paulo).

Como os novatos ainda não estão plenamente inseridos no sistema de trabalho é possível vislumbrarmos os espaços dos possíveis existentes para esse grupo de agentes.

A experiência do calouro em busca de auto-afirmação profissional são dramaticamente atuais (...). Assim, pelos relatos das experiências do calouro, será possível disciplinar os depoimentos dos profissionais, na medida em que estes, após haverem vencido as barreiras que se opuseram a seu ingresso no novo campo de trabalho, passam a ignorá-las ou a adulterá-las, racionalizando ou não.(...) Finalmente o radialista negro, via de regra, já sendo integralmente profissional, não se vê na contingência de lutar por

---

<sup>6</sup> Minha pesquisa de mestrado tinha um escopo comparativo entre os dois grupos. Nesse artigo foco meu argumento num caso ocorrido no Grupo Folha.

uma profissão fora daquela em que já está.  
(Pereira, 2001, p. 35).

Trata-se de um processo de socialização de grande importância para os agentes envolvidos, que muitas vezes o consideram como a única instância de verdadeiro aprendizado no jornalismo. A escolha desse curso é estratégica pelo caráter intenso e concentrado que essa experiência de aprendizado assume, com um tom introdutório e pedagógico de treinamento em vivência constante com o ambiente profissional das redações, o que pode revelar com mais nitidez (e rapidez) os aspectos principais do fazer jornalístico. Trata-se de um momento em que os agentes estão mais “vulneráveis e maleáveis” aos valores e práticas da profissão.<sup>7</sup>

## RISOS E CARA FECHADA

A palestra sobre jornalismo “investigativo” (o nome atual para práticas que antes ficavam sobre a rubrica policialesca de jornalismo “policial”) foi com Maria Elvira Lobato, ganhadora do prêmio Esso com a reportagem-denúncia sobre irregularidades de desvio de recursos na Igreja Universal do Reino de Deus para a emissora de televisão Record. Ela respondeu a processo judicial por causa dessa reportagem, fato comum no jornalismo investigativo: modalidade que requer quadros jurídicos para possíveis contestações, além de recursos para dispor de equipes com tempo de investigação e uma gama variada de anunciantes para suportar possíveis retaliações na área financeira (o que só grandes jornais em grandes centros urbanos possuem).

Cara fechada, poucas piadas e sorrisos, 35 anos de carreira, Elvira é uma entusiasta da profissão (“repórter é melhor profissão do mundo”). Sua sisudez talvez seja reflexo das segmentações de gênero no jornalismo: a tese

---

<sup>7</sup> “O contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia, e as matérias também adquirem forma sob influência de técnicas herdadas de contar histórias. Esses dois elementos na redação da notícia podem parecer contraditórios, mas estão juntos no “treinamento” [aspas do autor] de um repórter, quando ele é mais vulnerável e maleável” (Darnton, 2005, p. 97).

de Rocha (2004) aponta que as mulheres jornalistas ocupam áreas menos prestigiadas (revistas, agências de notícias, setor extra-redação como por exemplo faculdades) ou áreas novas de atuação (internet, TV), e geralmente trabalham em temas considerados mais femininos (moda, comportamento, cultura). Diz com certo orgulho que já passou natal e ano-novo apurando pautas. É uma jornalista de renome especializada em realizar coberturas de temas relacionados com a mídia, tais como política de telecomunicações e concessões públicas de canais (“Estudei legislação a noite, nos finais de semana”). Uma espécie de metalinguagem da mídia. Os novatos perguntam se algo não acaba “respingando” durante as investigações, ou seja, se alguma denúncia recai sobre o próprio veículo em que ela trabalha. “Não, quanto a isso estou tranqüila. Os profissionais que eu vejo mais sem jeito são os da Globo”.

Em certo momento de sua palestra, Elvira relembra que nos anos 60 havia um discurso socialista defendendo que o “furo” jornalístico (notícia inédita e exclusiva) era, na verdade, um artifício capitalista, pois escondia informação do público em favor das empresas. Nesse momento, espocaram risos dos “trainees”, como se algo totalmente absurdo, disparatado, anacrônico, fosse pronunciado. “Por trás desse discurso há o medo de competir”, arrematou a jornalista depois das risadas.

Por meio desse riso estabeleceu-se, inesperadamente, uma comparação entre dois momentos do jornalismo brasileiro, a saber, a década de 60 do século XX e a primeira década do século XXI. Uma crítica do passado, que articulava o “furo” como uma tática mascarada da competição econômica, foi ridicularizada aos risos como sendo produto do medo da competição inter pares pela consagração jornalística.

Quais modificações aconteceram para que um discurso que detinha uma possibilidade de existência no jogo das definições sobre o jornalismo fosse descartado através de um riso coletivo atestando sua atual inviabilidade de fato, embora não de direito? Afinal ainda é plausível vislumbrar tal hipótese, ou seja, que o “furo” realiza um contato entre o econômico e o jornalístico: há uma soldagem entre jornalismo e empresa muito difícil de questionar sem imaginar uma mudança social profunda. Estaríamos aqui lidando com um caso de riso “cínico” por parte dos jornalistas? O “cinismo” dos jornalistas é encarado por alguns autores de forma mais ampla como um caso do conflito

entre profissionalismo (que postula uma abnegação em favor de valores universais) e o mercado (instância dos interesses particulares). A tese de Ribeiro (1992) envereda por esse caminho ao elencar diversas “contradições” do trabalho jornalístico. Sem desancar possíveis cinismos e contradições efetivos, creio que grande parte dessas categorias (“contradições”, “cinismo”) são frutos da “lógica da lógica” que comanda as análises, ou seja, postular que os agentes possuem um senso de coerência uniforme, monomaniaco e planejado, sem atentar para os múltiplos contextos e estratégias envolvidos.

A tese a ser apresentada é que certos usos do conceito de campo da teoria bourdiana, por enfatizarem normativamente a autonomia na baliza oferecida pelo campo da arte ou da ciência, acabam caracterizando o jornalismo sempre na chave da falta. Creio que isso aponta para um fator limitante dessa abordagem. Estipular de início uma autonomia quase ausente e, no limite, impossível que seria intrínseca ao jornalismo não me parece uma boa maneira de encarar as possíveis contribuições que o jornalismo tenha a oferecer para repensarmos marcos conceituais.

Quero partir dessas risadas para uma reflexão sobre a teoria bourdiana sobre heteronomia e autonomia dos campos simbólicos. Argumento que a noção de “furo” é uma diretriz que simultaneamente movimenta interesses jornalísticos, econômicos e políticos. Ou seja, uma mesma ação pode ser encarada de diversos ângulos, desencadeando efeitos em diversos campos, e que para entendermos certa configuração social devemos aliar esses diferentes pontos de articulação. Ao esconjurarmos o econômico e o político de nossas análises, atemporalizamos e descaracterizamos os agentes desses campos. É como se o econômico e o político fossem anti-jornalísticos por todo o sempre e em todas as ações de seus múltiplos agentes. No caso aqui abordado, trata-se de delinear quais os modos de acionamento do “furo” jornalístico em conexão com outros campos em dois momentos específicos que foram interligados pela risada dos novatos: a década de 60 e os dias atuais.

A tentativa aqui é deixar aberto um espaço para que o conceito de campo, utilizado pela análise, possa ranger, sofrer deformações. Uma antropologia da mídia pode colaborar aqui para delinear melhor as especificidades dos diversos capitais e o modo de acionamento deles e entre

eles, mapear os embates entre os agentes para impor como os capitais devem funcionar e quais os limites de seu funcionamento, o recorte (sempre poroso e tensionado) dos campos e as superveniências. Creio que devemos pensar os campos em termos de articulação. A idéia de campos *relativamente* autônomos tenta delinear esse espaço de articulação. Quero aqui olhar para o lado *relativamente heterônomo* da formulação bourdieusiana.

A intenção é tentar encarar a teoria dos campos a partir da noção de interesse conforme elaborada por Stengers: “Interesse deriva de inter-esse: estar entre. Isto é, não apenas interpor-se, mas sobretudo estabelecer um liame.” (Stengers, 2002, p. 115). Seguindo essa concepção poderemos acompanhar o intrincado conluio dos campos relativamente heterônomos, “porque importa menos o número que o caráter heterogêneo dos aliados, quando se trata de “fazer existir”” (Stengers, 2002, p. 119, ênfase da autora). No caso aqui abordado, fazer existir um objeto corriqueiro matinal: o jornal.

## **DITADURA E JORNALISMO**

Um fato necessariamente a ser enfatizado sobre o jornalismo brasileiro na década de 60 é a vigência do regime militar no contexto geopolítico da bipolaridade EUA/URSS durante a Guerra Fria. A ditadura está incrustada no imaginário jornalístico brasileiro, principalmente na figura de Vladimir Herzog, jornalista morto nas dependências dos aparatos de tortura. A avaliação da credibilidade jornalística dos veículos atuais é feita na maior parte das vezes mobilizando como baliza a atuação das empresas durante o golpe militar. O comportamento do Grupo Folha durante a ditadura é visto como “anódino” até mesmo por Otávio Frias Filho (VIEIRA, 1991, p.16), dono da empresa e da redação do Grupo Folha. Na história recente da imprensa brasileira, o período da ditadura militar sempre é acionado como uma forma de avaliar, de julgar, a atuação das empresas jornalísticas, desencadeando reflexos duradouros para o prestígio dos veículos que se estendem até os dias de hoje. Durante o trabalho de campo um editorial do principal jornal do Grupo Folha causou polêmica ao designar o período militar de “ditabranda”.

A reconstrução histórica das relações entre mídia e ditadura militar é um ponto-chave para auferir capital jornalístico: atitudes heróicas contra a censura instaurada, em que jornalistas intrépidos brigavam pela publicação de cada vírgula, são rememoradas e impulsionam, no presente, a trajetória dos agentes. Porém, se no período da ditadura ocorre certa confluência política entre jornalistas e empresa no que diz respeito aos entraves provocados pela censura do conteúdo veiculado (que significava prejuízos tanto jornalísticos como econômicos), por outro lado há também afastamentos, com empresas sendo beneficiadas por recursos financeiros propiciados pelos militares e muitas vezes deixando de contratar jornalistas fichados pelos órgãos de repressão<sup>8</sup>.

Para complexificar ainda mais esse quadro, apesar da censura aos jornais houve um aumento das oportunidades de carreira para jornalistas na década de 60 e 70 devido a facilidade para linhas de crédito e financiamento (compra de equipamentos de impressão, principalmente<sup>9</sup>) oferecida pelo regime militar, tendo em vista um projeto de integração nacional e de angariar a simpatia dos meios de comunicação. Isso resultava em melhores condições financeiras em

---

<sup>8</sup> “Durante o regime militar, quando alguns veículos foram submetidos aos rigores da censura, a luta pela liberdade de expressão serviu para aproximar em vários momentos os jornalistas das empresas. Há histórias de diretores e mesmo empresários que esconderam em suas empresas – e até mesmo em suas residências – jornalistas perseguidos pela polícia política. Assim como houve também, em sentido inverso, empresas que deixaram de contratar jornalistas fichados pelos órgãos de repressão. Mas a tônica dominante no decorrer dos anos 1970 foi a da aproximação. Foi também um período em que a questão salarial passou a um segundo plano.” (Ghedini, 1998, p. 259).

<sup>9</sup> “Na década de 1960, as grandes empresas estavam ocupadas em criar as bases para os conglomerados do setor, aproveitando-se das isenções fiscais e outras vantagens oferecidas pelo governo para promover a concentração do capital. Já vimos que as empresas passaram a investir em seus parques gráficos para, com isso, obterem ganhos de escala, propiciando inclusive uma acumulação para saltos maiores no futuro. Tudo isso foi facilitado pela nova tecnologia de impressão que entrou em funcionamento nos anos 1960, a offset. As empresas editoras e jornais e revistas passaram a investir também pesadamente em circulação.” (Ghedini, 1998, p. 59).

<sup>10</sup> “Eu comecei a trabalhar em jornalismo nos anos 60, quando o mercado começava a se profissionalizar. As pessoas ganhavam salários que permitiam comprar livros, se vestir, viajar ao exterior. Como repórter da *Veja*, sem nenhum título, como repórter iniciante, fui à Europa pela primeira vez, comprei um fusquinha de segunda mão, mas comprei um carro... com um ano de salário [depoimento de Marcos Sá Corrêa].” (Vieira, 1991, p. 40).

comparação com os padrões atuais<sup>10</sup> já que a década de 80 coloca fim ao período de crescimento contínuo do mercado de trabalho, concomitante ao aumento expressivo do número de formandos: surgem os “filhos da pauta”, menção pejorativa dos jornalistas estabelecidos à nova geração saída das faculdades que entram nas redações após um período de intensas reformulações no fazer jornalístico, em que as funções internas da redação foram mais rigidamente definidas.

É nesse momento que surgem os cursos aqui enfocados, em contexto de precarização das condições de trabalho através da contratação de *freelancers* mal-remunerados, implantação de um novo aparato tecnológico (o computador) que significou demissões maciças em funções tornadas obsoletas, jornadas de trabalho extensas que ultrapassam 10 horas diárias e o medo constante de demissões sumárias com o desmantelo das organizações trabalhistas (sindicatos ou comitês de representantes das redações). Porém, a atividade jornalística atualmente pode se desenrolar em regime democrático. Creio que o “furo” jornalístico, por conta desse relacionamento democrático com o campo político, coloca um novo panorama que dispõe outro peso sobre o discurso contestatório da década de 60, promovendo as risadas dos novatos que presenciei.

## “FURO”

O “furo” é um dos pontos altos do jornalismo<sup>11</sup>. O melhor jornal é o que chega antes na casa do leitor com notícias exclusivas. O interesse (e a verdade) das notícias jornalísticas estão pautadas pelo fato de serem as primeiras

---

<sup>11</sup> “Um elemento muito menosprezado de uma cultura jornalística leva também a uma forma poderosa de investimento inseparavelmente psíquico e profissional. Esquecendo suas conotações pejorativas, as imagens da ‘atualidade como droga’ para o ‘jornalista viciado no acontecimento’ não são impróprias para descrever essa dimensão emocional, a descarga de adrenalina que acompanha a exaltação de ter um furo, de estar no camarote para cobrir um momento importante da vida social.” (Neveu, 2006, p. 37).

(e, nos casos de guerra, muitas vezes as únicas) inscrições sobre algum “fato”. Além disso, é na dinâmica do “furo” que os laços de solidariedade e de competição interpares é testado. Há uma tensão entre informações “feijão-com-arroz”, que podem ser compartilhadas, e informações exclusivas.

“Os trabalhos de etnografia do jornalismo (Padioleau, 1976; Pedelty, 1995; Lacour, 1998) revelam – até o surgimento de um furo – a força das ligações de ajuda mútua e de solidariedade entre jornalistas concorrentes. Essas práticas fraternais testemunham a eficácia de uma divisão de tarefas, mesmo que improvisada, mas também a segurança que traz face ao empregador uma cooperação que é também uma política de segurança contra os fracassos.” (Neveu, 2006, p.106)

O jornalismo quer saber antes de todo mundo<sup>12</sup>. Por isso a importância de assuntos cuja apuração seja difícil. A exclusividade, o ineditismo e a raridade da informação são erigidos em capital ao mesmo tempo econômico (vender mais jornais), jornalístico (sinal de competência e empenho numa apuração difícil) e, para finalizar essa tríade, em capital investido no campo político. Não é por acaso que as informações sigilosas de difícil apuração muitas vezes se relacionam com o domínio da política profissional: o poder deve manter barreiras estritas para controlar os fluxos, inclusive de informação.

O jornalismo está imbricado com o poder institucionalizado porque é do poder que pode obter as condições ótimas que transformam uma notícia num “furo”: informação de difícil acesso e com capacidade para impactar na vida de muitas pessoas. Além disso, as falas do poder devem ser registradas e, portanto, não possuem fluidez. O jornalismo procura uma declaração estabilizada que não possa ser mudada a fim de obter êxito em seus “rituais de objetividade” (Tuchman, 1999): a todo o momento, as notícias são postas à prova até mesmo por relatos não especializados. Podemos questionar uma inscrição jornalística sem a necessidade de apreendermos conceitos ou

---

<sup>12</sup> “Acho que o sentimento mais palpitante do jornalista, em qualquer estágio da sua formação, é a curiosidade e o prazer de ser o primeiro a saber. Isso é uma coisa que fascina o ser humano e em particular o jornalista, porque aí ele se impõe um brio: ele tem que ser o primeiro a saber”. [depoimento de Armando Nogueira] (Vieira, 1991, p.86)

dispomos de contra-laboratórios. O jornalismo se propõe a fiscalizar o poder, o que certamente o coloca em uma situação de dependência insuperável para com o campo político em termos de pauta. Entretanto longe de significar uma heteronomia a ser dirimida, é a partir daí que um dos pilares de sustentação dessa forma cultural se firma: é na contraposição ao poder institucionalizado que o jornalismo arrebanha sua legitimidade.

*“A luta principal opõe, de fato, a imprensa e o poder político. Tudo ocorre como se os jornalistas quisessem provar para eles mesmos sua autonomia profissional em relação ao poder procurando colocá-lo em dificuldade; os políticos, por sua vez, esforçam-se por controlar a mídia como eles podem (somente indiretamente hoje).”* (Champagne, 1997, p. 76)

O jornalismo quer saber de um novo acontecimento antes, inclusive, da polícia<sup>13</sup>. Sintomático dessa concepção, nas provas para entrar nos cursos pesquisados, algumas questões versavam sobre os nomes das operações policiais de investigação de corrupção. Mais do que vigilante dos poderes (“watchdog”) o jornalismo se coloca como uma instância investida de poderes legítimos, muitas vezes em substituição aos poderes estabelecidos.

## AUTONOMIA E HETERONOMIA

Evoco aqui a reflexão suscitada principalmente pela abordagem bourdiana no livro “Sobre a televisão”, considerado por muitos como um trabalho de menor rigor (Barros, Martino, 2003; Ferreira, 2005; Schudson, 2005)<sup>14</sup>. A hipótese ali defendida é de que o campo jornalístico é menos

---

<sup>13</sup> Por exemplo, diante da ação da mídia a polícia federal durante a década de 90 realizou um esforço para assumir a dianteira nas investigações (Martins, Luca, 2008). A revista semanal *Veja* chegou ao cúmulo de passar informações sobre uma denúncia para que um deputado entrasse com processo judicial a fim de que a revista não fosse acusada de quebra de sigilo. Nas provas para entrar nos cursos pesquisados algumas questões versavam sobre os nomes das operações policiais de investigação de corrupção.

<sup>14</sup> A recente coletânea de ensaios organizada por Benson e Neveu (2005), inserindo o aparato bourdiano no contexto dos estudos sobre jornalismo de língua inglesa (campo de maior acúmulo de bibliografia sobre o tema: o que torna essa intervenção interessante para pensar) serviu de base para elencar muitas das abordagens e análises utilizadas no decorrer da argumentação.

autônomo do que outros campos como a arte e a ciência. É nesse texto que a tese do “cavalo de Tróia” ganha força, afirmando que o campo jornalístico, por sua menor autonomia *a priori* e sua influência sobre os critérios de consagração de outros campos, seria a porta de entrada para que forças heterônomas atuassem reduzindo a autonomia de outros espaços sociais. Nesse ponto a teoria dos campos, por colocar o jornalismo como necessariamente o campo de menor autonomia, se aproxima de um viés de análise que postula o jornalismo a reboque de outras instâncias (econômico ou político).

Bourdieu advoga a autonomia como uma conquista contra as injunções econômicas e políticas. A autonomia é a tradução de um horror ao político e à economia influenciando na produção de formas sociais expressivas (na perspectiva dos agentes) ou utilizados de forma engessada em esquemas explicativos (na perspectiva do analista). Porém ao colocarmos o econômico e o político na heteronomia corremos o risco de estipular *a priori* uma contraposição irreconciliável entre a lógica econômica/política e as lógicas de outros campos, esquecendo que a própria idéia de autonomia não está isenta de implicações econômicas e políticas mesmo nos campos da arte<sup>15</sup> e das ciências. Imagino que numa classe de cientistas ou artistas em que fosse cogitado que as formulações científicas ou as obras de arte, afinal, não fossem uma propriedade e que, portanto, deveríamos abolir qualquer modo de controle autoral por ser um mecanismo que favorece o capitalismo, ouviríamos uma risada de escárnio semelhante a dos jornalistas. O ponto de articulação entre o político e o econômico em campos como a arte e a ciência passam pela assinatura autoral. Um dos modos possíveis de se pensar campos que aparentam maior autonomia é na chave de estabilizações dos tensionamentos com os agentes econômicos e políticos por meio de um pacto de rendimentos conjuntos, a longo prazo (ao invés do lucro econômico/político imediato), através da valorização da assinatura autoral.

---

<sup>15</sup> Em “As Regras da Arte” Bourdieu também está atento para a qualidade social da audiência e do peso das forças extra-campo na definição das disputas pelas posições consagradas dentro do próprio campo (o exemplo mais chamativo é o de Zola) e de como isso implica em desníveis de agência.

O questionamento a respeito do conceito de campo de Lahire (2002) enfatiza que as fronteiras entre os campos nunca estão bem delimitadas: uma mesma ação pode participar de diversos campos ao mesmo tempo; um campo pode ser um subcampo de outro campo maior; e por fim, “certos campos são construções científicas da realidade que não coincidem totalmente com os cortes feitos para constituir outros campos (por exemplo, tanto o campo jurídico, como o campo médico, incluem uma parte daquilo que constitui, por sua vez, o campo universitário, mas também elementos extra-universitários)” (p. 34). Além disso, diversas experiências de socialização não necessariamente estão estruturadas em forma de campo, ou seja, em forma de relações de disputa (universo familiar, encontros ocasionais de amigos num bar, encontros amorosos, etc.). Inegável reconhecer que essas experiências também produzem disposições, hábitos incorporados.

Para Hallin (2005), o que está em jogo é até que ponto o conceito de autonomia não exacerba sua normatividade evidente em detrimento de lógicas culturais que não perseguem uma autonomia nos moldes apresentados pela arte ou pela ciência. O jornalismo precisa escrever para uma demanda presente e não para leitores futuros na esperança de uma consagração vindoura, como alguns literatos podem realizar. Como comparar duas formas expressivas tão díspares: o livro (de arte ou ciência) e o jornal que após a primeira leitura, como diz Cortázar (2009) no conto “O jornal e suas metamorfoses”, se transforma num monte de folhas impressas?

A temporalidade de produção do jornalismo segue outra periodicidade, e dentro dessa temporalidade diária exigida com premência essa forma expressiva pode atrelar-se a certos tipos de agentes do campo econômico e do campo político que não são possíveis ao campo da arte e da ciência. Por isso, Bourdieu, no livro “Sobre a Televisão”, pode atentar para o “grau de concentração dos anunciantes”, de modo a esclarecer que a autonomia jornalística se ancora nos bastidores da engrenagem jornalística, no financiamento.

O grau de autonomia de um órgão de difusão se mede, sem dúvida, pela parcela de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado (sob a forma de publicidade

ou de subvenção) e também pelo grau de concentração dos anunciantes (Bourdieu, 1997, pp.102-103).

Tomando a questão da autonomia do jornalismo através da teoria democrática (que em parte o jornalismo endossa para firmar sua legitimidade), Michael Schudson (2005) questiona quão autônomo o jornalismo deveria ser a fim de cumprir a tarefa que se propõe: representar os diversos interesses da sociedade. O autor capta a preocupação de Bourdieu (2005), em texto da mesma coletânea, com os perigos de um fechamento excessivo do campo e faz disso o ponto de partida para sua reflexão (“autonomy can lead to an “egoistic” closing-in on the specific interests of the people engaged in the field”). O conceito de campo, ao postular a disputa interpares como um pilar da autonomia (ainda que enfaticamente também postule sempre uma autonomia “relativa”), causa certa dissonância com os preceitos democráticos que norteiam o jornalismo. Os ganhos com o fortalecimento do plano interpares vêm acompanhados de perdas na comunicabilidade das obras para além dos limites dos agentes empenhados nas disputas do campo. Dentro da própria obra “Sobre a televisão”, pode-se delinear um efeito perverso das dinâmicas provocadas pelas forças interpares em jogo no campo midiático, a saber, a falsa pluralidade de imprensa assentada na competição de mercado, que ao invés de enfoques diversos produziria uma “circulação circular” da informação ao criar uma dinâmica auto-referenciada em toda a mídia: o que é manchete num jornal torna-se manchete em todos<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> A respeito dessa hipótese bourdiana de “circulação circular” da informação Neveu (2006) aponta como esse fenômeno é exemplar para demonstrar os efeitos de poder da referencialidade interpares: “A noção de campo ilustra aqui sua utilidade. O mimetismo não funciona de fato de forma aleatória, mas segundo as linhas de força do campo. As publicações mais poderosas do ponto de vista intelectual e (cada vez mais) no aspecto comercial são os pontos de partida para a reação em cadeia (Marchetti, 1998). O fenômeno ilustra uma propriedade dos campos: o poder de “deformar o espaço”, de aspirá-lo na direção de seus agentes dominantes, a ponto de, no caso presente, levar por mimetismo a uma crença cínica na eficácia comercial ou à adesão ressentida dos jornalistas aos veredictos dominantes de publicações que os submetem a tratar de temas que lhes teriam parecido indignos de atenção.” (Neveu, 2006, p. 94)

Essa colocação dialoga em proximidade com uma crítica mais ampla sobre os efeitos de poder que podem ser desencadeados pelo estatuto de autonomia do campo científico.

Quando Bourdieu diz que os campos são relativamente autônomos e fechados, o argumento é simultaneamente analítico e normativo: serve tanto para explicar a realidade como para defender a autonomia do campo. Não nos diz apenas que a ciência conseguiu, historicamente, construir fronteiras em relação ao mundo exterior, mas que ela deve fazer tudo para mantê-las. (...) Mas, efetivamente, na teoria dos campos nunca há espaço para colocar a questão: quando é que o fechamento do campo se torna em ditadura dos peritos? Quando é que a ‘autonomia’ se transforma em ‘autocracia’? Vale a pena equacionar esse risco ou ele é empiricamente improvável? (...) O leitor não pode deixar de sentir alguma irritação quando o vê enunciar os princípios de uma epistemologia social – a idéia de que a objetividade é o resultado da intersubjetividade crítica entre cientistas que aceitam entre si as regras do debate intelectual, e que a força do melhor argumento (ou das regras da lógica) depende da existência de estruturas sociais e institucionais que possibilitem a discussão crítica. (Mendes, [www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR4611908d5092a\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4611908d5092a_1.pdf), ênfase do autor).

O conceito de campo tem um rendimento importante: quando falamos em campo singularizamos um plano de relações de disputas em que uma modalidade específica de capital se estabelece na arena de confronto por um tipo determinado de consagração. O efeito de criação de um novo campo é o estabelecimento de um plano novo de referência para as diferenciações. Os problemas começam quando se normatiza esse patamar de relações como mais “livre”, obliterando os efeitos de poder (ditadura dos peritos,

etnocentrismo dos que julgam<sup>17</sup>) que decorrem dessa situação e que, no limite, também podem significar um impedimento para uma criação inventiva ou experimental tanto quanto os fatores heteronômicos.

## CONCLUSÃO

Se atualmente o “furo” pode articular economia/política/jornalismo numa conexão de tensionamentos de forma a amenizar críticas que proponham modificações estruturais em sua dinâmica, durante a década de 60 a tríade articulada pelo “furo” entre jornalismo/economia/política estava comprometida pela censura ditatorial. Aliado a isso o contexto geopolítico da Guerra Fria oferecia a possibilidade de outra articulação econômica no horizonte que não passava pelo modo capitalista de produção. Atualmente, é comum jornalistas defenderem que as empresas oferecem a melhor forma de se fazer jornalismo: distante da tutela do Estado. É uma prerrogativa que aqui no Brasil encontra um respaldo histórico recente de 20 anos de ditadura censurando a produção mediática e de recentes escândalos políticos de corrupção. Essa relação histórica com o Estado aciona forças presentes de maneira difusa no jornalismo que são contrárias a qualquer interferência estatal e vislumbram nexos positivos com o mercado, ainda que o desenvolvimento

---

<sup>17</sup> Penso aqui no exemplo de Casanova (2002) quando se refere ao poder de autonomia de Paris, capital literária mundial: ao mesmo tempo a consagração mais autônoma e a forma de anexação mais etnocêntrica e des-historicizante. Esse tipo de efeito escapa à Bourdieu em suas formulações, o que explica sua aposta na autonomia como caminho da produção do universal. “Então como pôde Bourdieu defender, como projeto político, a mesmíssima autonomia que sustenta a dominação que ele abominava? Aqui, Bourdieu justifica a proteção da autonomia dos campos baseando-se em uma crença utópica na universalização do acesso às condições da universalidade, reverenciada em oposição à valorização da arte popular, tida por ele como arte falsa.(...) por várias vezes Bourdieu defendeu a autonomia desses campos como condição para a realização cultural dos valores humanos universais. Contudo, ao mesmo tempo, essa autonomia reproduz e mistifica a dominação simbólica que ele próprio denunciou”. (Burawoy, p. 3 6-37, 2010)

da imprensa em todo o mundo tenha recebido fomento estatal para sua realização<sup>18</sup>.

Uma mesma ação pode mobilizar diversas estratégias em campos diversos, como visto a respeito da busca por “furos”: excelência jornalística ao mesmo tempo útil para a exploração econômica do trabalho e determinante para a relação do jornalismo com o poder político. Entretanto essa abordagem não deve eximir ou justificar (isto é: tornar justo) qualquer conexão em que o jornalismo esteja engajado<sup>19</sup>. A concepção de que o jornalismo está inextricavelmente ligado ao capital de forças que provém para além das relações estabelecidas entre os produtores, vinculando, por esse viés, imprensa, empresa, democracia e liberdade de expressão, não significa que todas as conexões produzam os mesmos efeitos. Muitas vezes essa mistura entre interesses que almejam objetivos diferenciados (excelência jornalística, lucros econômicos, posicionamentos políticos) e que estão concatenados em engrenagem favorece discursos que enfatizam a liberdade de imprensa para conseguir obter uma ditadura de empresa, auferindo maior margem de manobra para desmandos. Se quisermos um jornalismo realmente mais pluralizado (ou seja: em que a palavra “plural” não tenha somente efeitos performáticos propagandísticos) devemos modificar a estrutura de poder familiar que se alastra na mídia brasileira e ancora grande parte dos desmandos autoritários sobre os jornalistas<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> “Mesmo que a observação não esteja de acordo com os fatos, é preciso lembrar que o crescimento do jornalismo e da imprensa é historicamente inseparável do apoio multiforme que lhes deu o Estado por tarifas postais preferenciais, subvenções, derrogações ao direito social e ao direito das sociedades.” (Neveu, 2006, p. 197).

<sup>19</sup> “O conjunto de mudanças objetivas toma uma consistência redobrada quando elas se tornam interiorizadas pelos jornalistas não como pressões, mas como instrumentos de avaliação de sua competência. Hoje, 88% dos jornalistas britânicos apontam a rapidez de reação como primeira qualidade profissional e 47% reivindicam a missão de “divertir e descontraír”. (...) Os trabalhos mais recentes observam, ao contrário, o quanto a exigência de reduzir os custos de produção e de produzir uma informação que capte o máximo de audiência pesa hoje fortemente tanto sobre a organização das redações quanto como norma de excelência interiorizada.” (Neveu, 2006, p. 160-162).

<sup>20</sup> O exemplo de divisão do controle acionário do *Le Monde* (entre proprietários, leitores e os próprios jornalistas que trabalham no veículo, o que lhes dá direito a veto nas decisões empresariais) é uma maneira sugestiva para pensarmos em alternativas.

A defesa política do conceito de autonomia provém disso: só com autonomia é que se pôde inventar, imaginar e fomentar o interesse sobre coisas que antes eram desinteressantes para outros campos<sup>21</sup>. Forçoso admitir que aquilo que na análise consideramos heteronomia pode também surtir no mesmo efeito. E que, para além do mercado e do poder constituído, a heteronomia também engloba outros agentes que podem ser importantes para a construção de outras formas de inventar (talvez mais democráticas): os não-produtores, os leigos<sup>22</sup>.

No caso específico do jornalismo ganha destaque a figura do “leitor”, às vezes substituída pela de “cidadão” ou “consumidor”. O leitor não é considerado uma heteronomia em grande parte dos contextos em que se desenrola o fazer jornalístico. O capital advindo do envolvimento dos não produtores não é visto de forma negativa, a ameaçar a qualidade jornalística. É visto como um direito a ser suprido pelos jornalistas. É preciso levar em conta como esse tipo de capital é gerido, qualificado e mobilizado nas disputas em diversas táticas como pesquisas de opinião ou a criação de cargos como ombudsman.

Creio que, ao invés de enrijecer o par autonomia/heteronomia, seja mais produtivo pensar como os diversos tipos de capital possuem uma existência relacional e, dependendo de sua mobilização e classificação, se estabelece um plano de relações sociais qualitativamente diferentes em seu *nomos*. Através do exemplo do jornalismo, quero propor que se pensem os campos culturais numa mescla de planos autônomos e heterônomos de uma maneira inextrincável. Uma mesma ação movimenta relações em diversos campos ao mesmo tempo, e só se torna efetiva se conseguir obter êxito nesse amálgama conflituoso.

---

<sup>21</sup> Importante registrar a reflexão de Latour sobre a autonomia científica: “Esta capacidade de manter suas próprias questões, qualquer que seja a pressão das disciplinas mais prestigiosas ou das instituições melhor instaladas, é necessário não só admirá-la como também *estendê-la a todos*.” (Latour, 2004, p. 239).

<sup>22</sup> É nesse sentido que leio o trabalho de Bergamo (2005) que demonstra que o esforço de consolidação da televisão enquanto campo autônomo não se faz de forma dissociada dos mecanismos que preservam sua heteronomia.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ABRAMO, Cláudio Weber. Império dos sentidos: critérios e resultados na Folha de S. Paulo. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 31, outubro, 1991, p.41-67.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, História e técnica*. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. *A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto*. Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 36, p. 3-30. 1993.
- BARROS FILHO, Clóvis de. A sociologia de Pierre Bourdieu e o campo da comunicação. Tese de doutorado, ECA – USP, 2001
- BARROS FILHO, Clóvis de; MARTINO, Luís Mauro Sá. *O habitus na comunicação*. São Paulo: Paulus, 2003.
- BENSON, Rodney; NEVEU, Erik (orgs.). *Bourdieu and the journalistic field*. Cambridge, Polity Press, 2005.
- BERGAMO, Alexandre. Os artífices da televisão: autonomia e heteronomia no campo da televisão. Doutorado de Sociologia – USP, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Imitação da ordem: as pesquisas sobre televisão no Brasil*. *Tempo Social*. Vol. 18, n. 1, São Paulo, Junho de 2006.
- \_\_\_\_\_. Todo dia é a mesma coisa: rotina do telejornalismo e produção de notícias. Trabalho apresentado no GT – Antropologia e Comunicação, Reunião Equatorial de Antropologia, 2009.
- \_\_\_\_\_. A profissão de jornalista e a redefinição do trabalho intelectual. Relatório Parcial do Grupo Temático Formação do Campo Intelectual e da Indústria Cultural no Brasil Contemporâneo, 2009b.
- \_\_\_\_\_. Reportagem, Memória e História no Jornalismo brasileiro. Relatório Parcial do Grupo Temático Formação do Campo Intelectual e da

Indústria Cultural no Brasil Contemporâneo, 2010.

- BONELLI, Maria da Glória. Estudos sobre profissões no Brasil. In: O que ler na Ciência Social Brasileira(1970 – 1995). Vol. II. Miceli, Sérgio(org). São Paulo: Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.
- BONELLI, Maria da Glória; Donatoni, Silvana. *Os estudos sobre profissões nas Ciências Sociais brasileiras*. BIB – Revista Brasileira da informação Bibliográfica em Ciências Sociais, 41,1, p. 109-142. 1996.
- BORIN, Jair. *Jornalista profissional no Estado de São Paulo: perfil sócio-econômico e cultural*. São Paulo. ECA/USP, 1972.
- BOURDIEU, Pierre. *Sistemas de ensino e Sistemas de pensamento*. In: *A economia das trocas simbólicas* (org. Sérgio Micelli). São Paulo: Perspectiva, 1974.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1989.
- \_\_\_\_\_. *Coisas ditas*. São Paulo. Brasiliense. 1990.
- \_\_\_\_\_. *Pós-Escrito In: A miséria do mundo*. Bourdieu, Pierre (coord.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Escritos de educação*. Catani, Afrânio; Nogueira, Maria Alice (orgs.). Petropolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A sociologia de Pierre Bourdieu*. Renato Ortiz( org). São Paulo: Olho d'água, 2003.
- \_\_\_\_\_. *The political Field, the social Field, and the journalistic Field*. In: Benson, Rodney; Neveu, Erik (orgs.). Bourdieu and the journalistic field. Cambridge, Polity Press, 2005.
- \_\_\_\_\_. *A dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, Porto Alegre:

- Zouk, 2008.
- BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas*. São Paulo, Edusp. 2000.
- CARDOSO, Adalberto M. Jornalistas: ética e democracia no exercício da profissão (um survey entre jornalistas brasileiros). *Novos Estudos CEBRAP*, n. 42, julho, 1995, p. 130-140.
- CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- CHAMPAGNE, Patrick. *A visão midiática*". In: *A miséria do mundo*. Bourdieu, Pierre (coord.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *The Double Dependency: the journalistic Field between politics and markets*. In: Benson, Rodney; Neveu, Erik (orgs.). *Bourdieu and the journalistic field*. Cambridge, Polity Press, 2005.
- CORTÁZAR, Julio. *Histórias de Cronópios e de famas*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2009.
- DANTAS, Audálio (org). *Repórteres*. São Paulo: Senac, 1998.
- DARNTON, Robert. *Toda notícia que couber a gente publica*. In: *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DINES, Alberto; VOGT, Carlos; MELO, José Marques de. (orgs.). *A imprensa em questão*. Campinas: UNICAMP, 1997
- DURAND, José Carlos. *A serviço da coletividade – crítica à sociologia das profissões*. *Revista de Administração de Empresas*. 15, 6, p. 59-69. 1975.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FERREIRA, Jairo. *Midia, Jornalismo e Sociedade: a berança normalizada de Bourdieu*. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Vol. II, n. 1, 2005.
- FREIDSON, Eliot. *Para uma análise comparada das profissões*:

- a institucionalização do discurso e do conhecimento formais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 31, ano 11, junho de 1996.
- \_\_\_\_\_. *Renascimento do profissionalismo: Teoria, Profecia e Política*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- FROW, John. *Accounting for tastes: some problems in Bourdieu's sociology of culture*. In: Robbins, Derek (ed.). Pierre Bourdieu. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- GHEDINI, Frederico Barbosa. Os jornalistas na empresa-escola: as iniciativas da Editora Abril, de O Estado de S. Paulo para triar e treinar seus futuros profissionais. Mestrado na faculdade de Educação – USP. 1998.
- GIRARDI JÚNIOR, Liráucio. A sociologia de Pierre Bourdieu e o campo da comunicação. Dissertação de Doutorado. USP, 2003.
- GUTIERREZ, Carlos Andrade Rivas. Análise da produção das notícias nos jornais Destak e Metrô News: Um estudo sobre as relações profissionais no campo dos jornais gratuitos. Trabalho de Conclusão de Curso – ECA, 2007.
- HALLIN, Daniel C.. *Field theory, differentiation theory, and comparative media research*. In: Benson, Rodney; Neveu, Erik (orgs.). Bourdieu and the journalistic field. Cambridge, Polity Press, 2005.
- HESMONDHALGH, David. *Bourdieu, the media and cultural production*. Media, Culture and Society, 28(2), 2006.
- KOVACH, Bill; ROSENTIEL, Tom. *Os elementos do Jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo: Norte e Sul*. São Paulo: Edusp, 2002 [1988].
- LAHIRE, Bernard. *Homem Plural: os determinantes da ação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

- LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Campinas, SP: Unicamp, 1993.
- MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MEDITSCH, Eduardo. *O jornalismo é uma forma de conhecimento?* Media e Jornalismo, v. 1, n.1, Lisboa, Outubro de 2002.
- MELO, José Marques de; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Perfis de jornalistas*. São Paulo: ECA-USP/FTD, 1991.
- MENDES, Hugo. “il faut faire...”. *O programa não cumprido de investigação de Pierre Bourdieu em sociologia da ciência*. In: [www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR4611908d5092a\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4611908d5092a_1.pdf) (último acesso 15/07/2008).
- MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo: 1921 – 1981*. São Paulo: IMPRES, 1981.
- NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- PARK, Robert Ezra. *A notícia como conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento(1940)*. In STEINBERG, Charles: Meios de Comunicação de Massa: São Paulo, Cultrix, 1970.
- PEIXOTO, Fernanda. *Os anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil*. Estudos de Sociologia, n.4, 1998.
- PEREIRA, João Baptista Borges. *Cor, profissão e mobilidade*. São Paulo: Edusp, 2001.
- RIBEIRO, Jorge Cláudio Noel. *As condições e contradições do trabalho jornalístico (Sempre Alerta)*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 1992,
- RIZZINI, Carlos. *O ensino do jornalismo*. Rio de Janeiro: Dep. Imp. Nacional, 1953.
- ROCHA, Paula Melani. *A profissionalização num jornal popular: a concepção da notícia e a representação social sobre os leitores no Notícias Populares*.

- Dissertação de Mestrado, UFSC, 1997.
- \_\_\_\_\_. A mulher jornalista no Estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira. Doutorado, UFSCAR, 2004.
- SCHUDSON, Michael. *The Sociology of news production. Media cultura and Society*, Vol. 11, 1989, 263-282.
- \_\_\_\_\_. *Question authority: a history of the news interview in american journalism, 1860s – 1930s. Media, Culture and Society*, vol.16, 1994.
- \_\_\_\_\_. *The Power of News*. Harvard Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Autonomy from what?* In: Benson, Rodney; Neveu, Erik (orgs.). Bourdieu and the journalistic field. Cambridge: Polity Press, 2005.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Mil dias: seis mil dias depois*. São Paulo: Publifolha, 2005.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, Candice Vidal e. Reportagem e construção da nação no jornalismo brasileiro. Dissertação de Doutorado, UFRJ, 2003.
- STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.
- TORRES, João Batista de Miranda. As Folhas do Mal? Espectros da antropologia na imprensa. Dissertação de Mestrado. UnB, 1994.
- TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: Unisinos, 2003.

- \_\_\_\_\_. (org). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa:Vega, 1999.
- TRAVANCAS, Isabel Siqueira. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo, Summus, 1993.
- TUCHMAN, Gaye. *Making News: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A objetividade como ritual estratégico*. In: Traquina, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa:Vega, 1999.
- VIEIRA FILHO, Geraldo. *Complexo de Clark Kent*. São Paulo: Summus, 1991.
- WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ZIBORDI, Marcos. *Paisagem mental dos estudantes brasileiros de jornalismo*. Reportagem publicada na revista Caros Amigos: ed. Casa Amarela. Abril.